



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

GRUPO DE ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS NO CRAS: O COMPROMISSO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA E O PAPEL DO ESTUDO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA

Laura Cristina Gomes Lima¹

Izabela Bazo²

Camila Novaes da Silva³

Resumo: O presente relato de experiência tem por objetivo apresentar o trabalho desenvolvido na temática da questão étnico-racial no âmbito do Centro de Referência da Assistência Social em um município de grande porte do interior do estado de São Paulo. A finalidade deste relato é contribuir com o debate da categoria profissional para o enfrentamento ao racismo e opressões relacionadas a raça e etnia.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão étnico-racial. Assistência Social.

Abstract: The present report aims to present the work on ethnic racial issues that has been developed in the context of the Reference Center for Social Assistance in a large community in the interior of São Paulo. The purpose of this report is to contribute to the professional group's debate on countering racism and oppression related to race and ethnicity.

Keywords: Social Work. Ethnic-racial problem. Social Assistance.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Serviço Social tem sua emergência no século XX, a partir das reivindicações de trabalhadores diante da contradição entre classes que requeriam respostas, que culminaram em ações de organização e controle suscitadas às instituições assistenciais ligadas inicialmente a iniciativas religiosas e burguesas. Destaca-se que no período inicial da profissão houve forte influência europeia e que grande parte da classe operária era formada por imigrantes, os quais acessavam o trabalho ofertado pelo capital.

À medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo caráter de apostolado católico, analisando a questão social como problema moral e religioso, as relações raciais não são problematizadas adequadamente, uma vez que as reflexões da categoria privilegiam as ações direcionadas à “resolução” moral das contradições de classe. (EURICO, 2013, p. 292).

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, E-mail: laura.ssgomes@yahoo.com.br.

² Estudante de Graduação, Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, E-mail: laura.ssgomes@yahoo.com.br.

³ Estudante de Graduação, Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, E-mail: laura.ssgomes@yahoo.com.br.

O/a assistente social tem seu trabalho profissional junto às expressões da questão social próprias da sociedade capitalista, que tem por escopo o lucro advindo das relações mercantis que se resultam do trabalho explorado. “Decerto, pela própria história da profissão e o conservadorismo que marca sua gênese, o debate sobre a questão racial não encontrou terreno fértil para ser incorporado pelo Serviço Social até a década de 1980.” (EURICO, 2013, p. 306).

A atuação profissional deve ser pautada pelo Projeto Ético-Político Profissional, que se materializa no Código de Ética Profissional do/a assistente social, o código em vigor foi aprovado através da Resolução CFESS nº 273 de 1993 e se apresenta como um avanço, produto da maturidade do Serviço Social, a revisão realizada explicitou o posicionamento da categoria de compromisso com a classe trabalhadora.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1993, é o primeiro código profissional do Serviço Social que introduz a questão da não discriminação como um de seus princípios fundamentais. Isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída à ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político a partir dos anos 1990, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano do assistente social. (EURICO, 2013, p. 293).

O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social apresenta onze princípios, dentre eles destacamos os seguintes: VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Eurico (2018) salienta que a não discriminação presente no Código de Ética Profissional foi conquistada pela inserção de profissionais negras no debate da categoria.

Um dos compromissos do/a assistente social é com o aprimoramento e a formação continuada para a qualificação dos serviços; frente a essa demanda o órgão gestor do município de grande porte do interior do estado de São Paulo estabeleceu uma parceria com o Instituto Paulo Freire para a capacitação dos/as trabalhadores/as do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, no período de 2013 a 2016.

No ano de 2017, iniciou-se o formato de Supervisão, que ocorria por região do município, envolvendo os/as profissionais da rede socioassistencial, nestes encontros foram levantados questionamentos sobre como o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e os serviços (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes,

adultos e pessoas idosas e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas) abordavam a questão étnico-racial, foi avaliado que realizavam ações pontuais, as quais abordavam tal questão de forma superficial e concluíram que não havia um aporte teórico consistente naquele momento para que esse trabalho ocorresse de forma diferente. Diante dessa constatação decidiu-se pela formação de um grupo de trabalho que possibilitasse um aprofundamento teórico, ele foi idealizado com o objetivo de apropriação teórica e aberto a outros profissionais, bem como a toda a comunidade.

Em meados de outubro de 2017 iniciaram-se os encontros do grupo com estudos de temáticas inerentes à questão étnico-racial, tais como: formação sócio-histórica brasileira, religiões de matriz africana, colorismo, dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Cotas, entre outros.

A partir dos estudos realizados identificou-se a demanda pela realização de atividades concretas nos espaços de trabalho dos/as participantes do grupo. Em março de 2018 foi planejada a oficina “Se eu te falar que a coisa tá preta. A coisa tá boa! Pode acreditar! ela foi realizada no mês de maio na reunião de rede intersetorial propiciando a primeira experiência de reflexão fora do grupo.

Posteriormente, os participantes desta oficina convidaram o grupo para que levassem a atividade para outros espaços, com isto evidenciando a deficiência da discussão da questão racial nos diversos equipamentos públicos e do terceiro setor, assim foi organizado pelo grupo um ciclo de oficinas que abrangeram os serviços referenciados ao CRAS, elas foram desenvolvidas com os/as usuários/as do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes e no serviço para as pessoas idosas, com os trabalhadores do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas, com assistentes sociais da Secretária de Saúde e com os conselheiros do Conselho Tutelar, foi desenvolvida também com os/as usuários/as do referido CRAS.

O planejamento das oficinas foi organizado a partir de um cronograma para que as mesmas fossem realizadas em 2018 e para o encerramento deste ciclo foi construída a Semana Preta, que se constituiu de uma semana de eventos ocorrida no mês de novembro que promovessem a cultura negra através de apresentações culturais, filmes, apresentação teatral, oficina de turbante e de abayomi, rodas de conversa e sarau protesto.

A OFICINA: SE EU TE FALAR QUE A COISA TÁ PRETA. A COISA TÁ BOA! PODE ACREDITAR!

Figura 1 – Convite da oficina “Se eu te falar que a coisa tá preta. A coisa tá boa! Pode acreditar!

**SE EU TE FALAR QUE
A COISA TÁ PRETA.**



**A coisa tá boa!
Pode Acreditar!**

Fonte: Arquivo do CRAS

A oficina foi construída coletivamente pelos/as integrantes do grupo e teve por objetivo fomentar reflexões e debates sobre a questão étnico-racial, ela foi estruturada no seguinte formato: Acolhida dos/as participantes com som de tambores e ambientação da sala com cartazes de pessoas negras de destaque e varal de poesias de autores negros. Os/as participantes eram dispostos em círculo e iniciava-se uma dramatização com a situação de três personagens reais (Rafael Braga, Luana Barbosa e Breno Borges). Este formato foi pensado para sensibilizar os/as participantes para a discussão.

Na sequência os/as participantes eram divididos em três subgrupos para o debate sobre músicas com teor racista, dados estatísticos e expressões racistas, em seguida retornam para o grupo para a socialização das discussões. A oficina era finalizada com uma ciranda e os/as participantes eram convidados a levar uma das poesias dispostas no varal.

Destaca-se que a oficina sofreu modificações para o atendimento de particularidades, ao ser realizada com crianças o formato foi de contação de história e jogos com situações do cotidiano.

O ciclo foi constituído de nove oficinas que foram realizadas de maio a novembro de 2018, quando se deu o encerramento com a Semana Preta, as atividades foram realizadas em uma praça no território de abrangência do CRAS e foram abertas a toda a comunidade, em diferentes horários, inclusive no período noturno, apresentando o CRAS como espaço de reflexão e diálogo sobre a questão étnico-racial.

Figura 2 – Fotografia da Oficina “Se eu te falar que a coisa tá preta. A coisa tá boa! Pode acreditar!”



Fonte: Arquivo do CRAS

A realização do ciclo de oficinas possibilitou ao grupo observar o quanto se faz necessário o estudo da questão étnico-racial e que este tema deve perpassar todas as ações do CRAS, nas oficinas com famílias, acompanhamentos familiares particularizados e grupais, bem como os atendimentos individuais. Ressalta-se que as ações coletivas são um importante espaço para a reflexão e construção de alternativas frente ao racismo institucional e estrutural vivenciado na sociedade brasileira.

Considerando a relevância dessa questão, que está muito presente nas relações familiares e comunitárias, agravando as situações de desigualdade, desproteção, violação de direitos e violência, as atividades do grupo em 2019 foram planejadas com o intuito de focalizar nos estudos, os encontros são mensais realizados no CRAS e alternam leitura e reflexão com experiências de contato com elementos da cultura afro brasileira e, a partir dos estudos, serão planejadas ações nos espaços de trabalho dos/as participantes e também no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações realizadas por meio das oficinas proporcionaram à equipe uma aproximação de conteúdos teóricos que permitiram repensar a atuação profissional na perspectiva de trabalho

com o coletivo, mas rebateram positivamente também nos atendimentos particularizados, uma das iniciativas que foram resultadas destes estudos foi a mudança do instrumental do CRAS para que se adicionasse o campo de autodeclaração da cor.

Diante do trabalho realizado conclui-se que a questão étnico-racial deva perpassar todas as ações desenvolvidas no CRAS. A experiência evidenciou a importância da discussão da questão étnico-racial no trabalho profissional e a relevância de estudos no âmbito do Serviço Social que potencializem e embasem a construção de ações propositivas que contribuam no cotidiano profissional para a efetivação dos princípios éticos no que tange o combate ao racismo, destaca-se a Campanha do Conjunto CFESS-CRESS 2019 “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”.

Segundo Eurico (2018. p 516), “nosso compromisso com a classe trabalhadora precisa considerar necessariamente suas pautas universais mas também apreender suas particularidades.” Com isso, fica evidente e destacada a necessidade e urgência de se discutir a questão racial não apenas como um dever previsto no Código de Ética da profissão, mas como um compromisso histórico para com uma população.

Salienta-se que a organização do grupo de estudos étnico-racial, torna nítido o comprometimento com a luta antirracista uma vez que coloca a discussão em evidência e permite, através daqueles que constroem o espaço, a efetivação daquilo que se é discutido em outras esferas. O estudo amplia horizontes.

A população negra, quando entra em contato com o CRAS, e nesse espaço encontra tal preocupação com a abordagem do tema, sente-se representada e é incontestável que tal representação não é sentida apenas pelos usuários de determinado serviço, dentro daquela esfera profissionais e estagiários negros que atuam nessa área, a partir do entendimento de representatividade e carência de espaços como estes, tem sua rotina de trabalho e atividades mais macia e generosa por poder se sentir visto dentro de espaços majoritariamente brancos. Quando o assunto é tratado de forma respeitosa, a barreira da invisibilidade é rompida, desta forma é traçado um caminho para a construção de uma sociedade mais justa, afinal quem não se compromete na luta antirracista está comprometido tanto com a permanência do racismo estrutural quanto com a hierarquia racial.

Ainda convém lembrar que a luta antirracista é um desafio. Num país como o Brasil, é fundamental pensar com protagonismo na questão racial para pensar num projeto de sociedade igualitária. Assistentes sociais que estão dispostos a refletir a questão étnico-racial estão envolvidos nesse projeto.

Além disso, cabe ressaltar a importância das discussões apresentadas no grupo para o público atendido na assistência. O reforço da identidade, o reconhecimento enquanto pessoa negra e seu empoderamento são elementos indispensáveis na efetivação de um indivíduo autônomo e reconhecedor de seu espaço e luta dentro da sociedade. Toda a proposta do

grupo torna isso possível e torna possível que essas pessoas que participaram desse espaço possam se tornar transmissoras de informação, desta forma, se encarregam de levar tais debates para seus amigos, suas famílias e em seus ambientes de trabalho. A partir do estudo toda a estrutura da sociedade é capaz de se movimentar, por esse motivo, é preciso que os transmissores de informação sejam responsáveis com aquilo que é dito e apresentado. É preciso estudo para se pensar no debate com seriedade e sensatez.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam. In.: **O Social em Questão**. Ano XX – nº 38, p. 227-246, Mai a Ago/2017.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. In.: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 114, p 290-310, abr./jun. 2013.

_____. **Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)**. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

_____. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. In.: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 133, p 515-529, set./dez. 2018.